

O Gharb: Cristãos e Muçulmanos no século dos Almóadas

Santiago Macias
Cláudio Torres

No dia 25 de outubro de 1147, a cidade de Lisboa rendia-se aos cruzados que, há meses, a cercavam. No dia seguinte, a antiga mesquita era consagrada e expurgava-se assim o Mal. A conquista da linha do Tejo marcou um momento de fratura e de rotura com o passado. A Reconquista atingia, no Gharb, um ponto de não retorno. O assassinato do bispo moçárabe («contra o direito e o lícito matam até o bispo da cidade, já muito idoso, cortando-lhe o pescoço», *Conquista*, 1936, p. 107), que cai às mãos de outros cristãos, mais do que o ato em si, simbolizou o afastamento em relação ao sul.

Até essa altura, o equilíbrio de forças entre cristãos e muçulmanos no Gharb al-Andalus era patente. O relato que mais o evidencia é, por certo, um excerto do *Kitāb nuzhat al-mushtāq fi ikhtirāq al-āfāq*, de Idrīsī. O texto é fiável, tanto mais que o seu autor conheceu de perto esta realidade. A descrição da célebre igreja do Corvo é expressiva: «esta igreja não conheceu modificações desde a época da dominação cristã; tem terras, que as almas pias têm o costume de lhes dar, e presentes levados pelos cristãos que aí se deslocam em peregrinação. Situa-se num promontório que avança pelo mar. Sobre a igreja estão dez corvos [...]». A descrição é anterior à conquista de Lisboa. A convivência era possível. E no sítio da igreja do Corvo haveria mesmo, segundo outras descrições, uma mesquita. O facto é que os cristãos do ocidente eram detentores de terras e teriam também uma assinalável importância no seio da sociedade do Gharb. Que Lisboa tivesse um bispo, como referimos, e que muitos cristãos da cidade proclamassem a sua fé era normal. A presença de população moçárabe é constatada na crónica da conquista: «outros mouros, vivos, mas semelhantes a cadáveres, arrastavam-se por terra, e suplicantes abraçavam e beijavam o sinal da cruz, e proclamavam boa a Santa Mãe de Deus, de modo que em todos os seus atos e palavras, e até mesmo nos extremos da sua agonia, misturavam e proclamavam comovidamente: Maria boa, boa Maria!» (*Conquista*, 1936, p. 109).

Lisboa não era uma cidade como as outras no al-Andalus. Isso mesmo notou o príncipe Sigurd, no decurso da chamada Cruzada Norueguesa, em 1105. Depois de devastar os campos em torno da cidade, em particular Sintra, deteve-se em Lisboa, notando que a cidade era «meio cristã, meio pagã; pois fica aqui a divisão entre a Espanha cristã e a Espanha pagã, todos os distritos a ocidente da cidade são ocupados por pagãos» (Sturluson, 1844, pp. 150-151). Não era estranha esta convivência, mais notória ainda numa cidade como Lisboa, a qual conseguira, ao longo de todo o período islâmico, um estatuto de relativa autonomia. Não estranhemos que Carmen Barceló note que «as crónicas silenciam as obras que Almançor fez na cidade de Lisboa» (Barceló, 2013). Só em 985, o poder califal ousa fazer a sua afirmação. Data desse ano a lápide, nem por isso muito impressiva, mandada gravar por al-Manşūr, assinalando a construção de uma parte da muralha da cidade. É um exemplo único de epigrafia árabe na mais importante cidade a ocidente de Sevilha. Só em períodos mais tardios a língua árabe voltará a surgir em suportes mais perenes.

Depois de 1147, a cidade de Lisboa não mais saíria do controle do novíssimo reino de Portugal. Quem ali tinha morado, guardava outras expectativas. Na pressa da saída, alguém escondeu um tesouro de moedas de prata num esgoto, junto ao que viria a ser a Sé¹. Foram esses receios, e essa esperança, que levaram pessoas a esconderem importantes tesouros de moedas de prata em meados do século XII e em vários locais do Gharb. Os conjuntos recuperados em Vale de Açor (Mértola)² e na Lapa do Fumo (Sesimbra)³ são o reflexo de um período em que se prefere esconder

- 1 Tesouro de moedas datadas entre 943 e 1147 (Marinho, 1998b, p. 186).
- 2 Viana, 1955, pp. 24-29; Marinho, 1969, p. 195 – recuperadas, de entre as várias centenas recolhidas, 73 numismas (2 emirais, 1 califal, 9 da taifa abádida e 61 com datação entre 1106 – ‘Alī b. Yūsuf, e 1146 – Ishāq b. ‘Alī, Ḥamdīn, Ibn Wazīr et Ibn Hūd). Uma das emirais é de 716 – dinar bilingue.
- 3 77 numismas homogêneas em termos cronológicos e cuja datação não ultrapassa 1147 (Figaniér, 1958, p. 165; Marinho, 1968, pp. 39-40).

o que se conseguira juntar, à espera de melhores dias e na convicção de um dia poder vir a recuperar o que lhes pertencia⁴. Os tempos eram de incerteza e havia justificadas esperanças num *volte-face* e num retorno.

A rapidez com que os novos senhores da cidade se afirmam é notável. Perdeu-se a inscrição original comemorativa da conquista da cidade. Chegou até nós uma cópia tardia, feita no século XIII ou XIV, que assinala o resgate da cidade e onde se lê «foi quando pelos Cristãos foi a cidade de Lisboa tomada / E por eles restituída à Fé Católica» (Barroca, 2000d, vol. I, p. 225, e vol. II, p. 328, est. xxx, 2).

A seguir à conquista de Santarém e de Lisboa, é o antigo e vasto território de Beja a ficar sob pressão. Os tempos serão de resistência para o poder almóada. A primeira prova de fogo virá com as campanhas de Geraldo, *o Sem Pavor*, que assolará os territórios mais a norte da antiga *kūra* de Beja. O «cão do Geraldo», assim cognominado por Ibn Şāhib al-Şalāt (al-Şalāt, 1969, p. 137), irá apossar-se de Évora, Juromenha, Trujillo, Cáceres, Serpa e Moura. Menos bem-sucedida será a tentativa de conquista de Badajoz, em 1169, liderada por Afonso Henriques. A aventura acabará mal, com o rei português a ser ferido e a ficar refém de Fernando II de Leão, seu genro e aliado circunstancial dos almóadas. A libertação será feita a troco de praças extremenhas. Afonso Henriques não mais recuperará fisicamente, passando os seus dias sendo transportado numa ignominiosa carreta.

A partir de finais do século XII, e em especial depois da campanha de Silves, e sob a crescente pressão do avanço dos cristãos, surgem novos amuralhamentos. Muitas cidades renovam os seus perímetros de proteção. Usava-se a terra, dando continuidade e aperfeiçoando técnicas construtivas ancestrais. Uma mancha de construções em taipa passou a marcar a paisagem a sul. O método para erguer as novas defesas urbanas era mais expedito e mais económico do que as antigas muralhas de tradição romana. Os silhares em mármore ou em calcário deram lugar a caixotões onde a terra, misturada com cal, era apisoada, até se converter numa betonilha muito dura. A artilharia ainda não era uma ameaça. A dissuasão funcionava em altura. E com uma ilusão criada pelos alvanéis. Na face das torres pintavam a cal grandes retângulos imitando silhares e criando um *trompe-l'oeil* destinado a impressionar os sitiados. Restam exemplos destas construções em Alcácer do Sal, em Juromenha, em Moura, em Salir, etc. O castelo de Paderne tem uma torre albarrã (exterior à muralha e a ela ligada por um passadiço) maciça. São também comuns, nesta época, as torres poligonais e as entradas em cotovelo, o que dificultava o acesso, durante os ataques, ao interior da fortificação.

O mais impressionante conjunto amuralhado da época existente em Portugal é o da cidade de Silves. Apresenta um perímetro facilmente reconhecível e um apreciável conjunto de torres albarrãs. Pelo menos uma parte deste amuralhamento terá sido construída em 1227. A lápide que assinala a edificação de uma torre, talvez a da Porta do Sol, tem uma imponência que deveria ir a par com a da construção que celebra. Em finais do século XII, a cidade de Silves fora sitiada e temporariamente ocupada pelos cristãos. O avanço para sul era uma ameaça cada vez mais sentida. Na terceira linha foi intencionalmente destruído o nome de quem mandou fazer a construção. Segundo Lévi-Provençal a obra terá sido iniciativa de Abū l-'Alā Idrīs al-Ma'mūn, filho de Abū Yūsuf Ya'qūb, por ocasião de uma viagem de inspeção a Silves (Lévi-Provençal, 1949). O seu nome seria, mais tarde, apagado por Ibn Maḥfūz, quando ali formou um pequeno reino independente em oposição aos almóadas (Borges, 1998). É um exemplo, pouco frequente, de *damnatio memoriae*.

4 Podemos incluir no mesmo contexto o tesouro de cerca de 500 dirhams almóadas, escondidos numa panela e encontrados em Silves (Gomes, 2001, p. 119), tal como as moedas encontradas em El Pedroso, Sevilha (Valencia, 1988, p. 203).

- 5 Picard, 2000, p. 189. V., sobre os Banū Wazīr, Huici Miranda, 1958.
- 6 Ibn 'Iḍārī, 1953, pp. 12-13. A nisba al-Anṣārī é muito numerosa no al-Andalus — Terés, 1957, p. 339. V. também Velho, 1966, p. 25.
- 7 Sobre as lápides funerárias de membros desta família em Mértola e em Moura v. Borges e Macias, 1992, pp. 68-69, e Borges, 2001, pp. 181-182.
- 8 Khawli, 1997, p. 110; sobre o percurso de Ibn Wazīr v. Huici Miranda, 1959, pp. 67-68.
- 9 Khawli, 1997, pp. 111-112. Fazendo-se passar por cristão conseguiu chegar a Marraquexe. Regressou depois à península, onde foi morto na sequência da proclamação de Ibn Hūd em Sevilha (Huici Miranda, 1958, p. 266).
- 10 A cidade era indicada nos inícios do século XIII como limite do território muçulmano (Marrākuṣī, 1893, p. 221).

Entre a conquista de Lisboa e o episódio dos mártires, tema central desta exposição, é todo o sudoeste que tenta resistir. Uma vez a luta é protagonizada por famílias locais, noutras recorre-se ao poder califal, que está cada vez mais longe. Em casos pontuais, fazem-se alianças perigosas com os cristãos do norte.

O poder das cidades muda. As famílias que detinham o poder no sul reconfiguram a sua geografia política rapidamente. Os Banū Wazīr, que controlaram Beja durante a *fitna* e nas primeiras décadas do poder almóada, instalaram-se então em Évora⁵. A saída para Sevilha dos Banū Ṣāhib al-Ṣalāt e dos Banū al-'Anṣarī (Fernandes, 2000, pp. 116 e 137), famílias com as quais os Banū Wazīr mantinham relações de aliança ou de clientela, pode ser interpretada como sintoma da decadência de Beja. Segundo Ibn 'Iḍārī, Abū Muḥammad b. Wazīr teria afirmado ao califa «tenho em Beja parentes por aliança, que são os *Banū Ṣāhib* e os *Banū al-'Anṣarī*»⁶. As fontes atestam a presença desta família no território até à segunda metade do século XIV⁷.

Será esta família a garantir uma muito relativa estabilidade no que restava da *kūra* de Beja durante décadas. Se já em 1169 Ibn Wazīr fora designado, devido aos seus conhecimentos de língua romance, para concluir uma trégua, em nome dos almóadas, com o rei de Leão, Fernando II⁸, a partir daí é toda uma dinastia que durante quase 50 anos desempenhará um papel preponderante no território. Um irmão de Sidrāy, Abū l-Ḥasan 'Alī, é *qā'id* do *hiṣn* de Serpa em 544/1178 (Ibn 'Iḍārī, 1953, p. 21). Um filho daquele, Abū Bakr Muḥammad, foi sucessivamente governador de Beja, de Silves e de Alcácer do Sal, até ser morto em Navas de Tolosa, em 1212 (Khawli, 1997, pp. 111-112; Ibn al-Abbār, *in* Lopes, 1911, pp. 107-108). Sucede-lhe à frente dessa mesma fortificação o filho, Abū Muḥammad 'Abd Allāh, até à conquista definitiva da importante praça do Sado,

em 1217⁹. Como já foi sublinhado, é um longo e estável governo de um quarto de século num castelo que se mantém durante anos na primeira linha da frente e que na prática constitui a chave tanto para o vale do Sado, o rio de Alcácer, que conduz à serra do Algarve e a Silves¹⁰, e para a vasta peneplanície de Beja e para o acesso a Sevilha (Fernandes, 2000, pp. 178-179).

O *século almóada* foi um pendular de vitórias e de derrotas. Estas são mais que aquelas. Os momentos de maior esplendor foram a reconquista de Silves, em 1190-1191 — a que se segue



Fig. 1
Lápide comemorativa da construção do minarete de Moura, meados do século XI (Cat. 8)

uma campanha militar que leva as tropas almóadas até acima da linha do Tejo (sem tocar Lisboa ou Santarém) — e a vitória de Alarcos, em 1195. A verdade é que o centro do poder almóada já não estava na península e Abū Yūsuf Ya'qūb fizera de Marraquexe a sua capital.

Os desastres somavam-se, do lado muçulmano. Em 1184, e numa caótica tentativa de conquistar Santarém, Abu Ya'qub Yūsuf é ferido e morre pouco depois, na estrada entre esta cidade e Évora. O sucessor de Abu Yūsuf Ya'qūb al-Manšūr, Muḥammad an-Nasir, sofre uma estrondosa derrota na batalha de Navas de Tolosa, em 1212, naquele que foi o primeiro sintoma do declínio dos almóadas no sudoeste peninsular. A morte prematura deste faz com que suba ao poder o seu filho Abū Ya'qub Yūsuf al-Mustanšir (c. 1203-1224), de apenas 10 anos. Al-Mustanšir virá a desempenhar papel central no episódio dos Mártires de Marrocos, ao decidir a sua morte. Menos conhecida, decerto, é a narrativa da colhida do califa al-Mustanšir, que lidava vacas à noite, em Marraquexe. A narrativa é imprecisa e refere apenas o facto em si (cita-se de memória e, salvo erro, a partir de um texto de Ibn 'Iḍārī). O seu reinado foi curto. Morreu, no decurso dessa lide, no dia 12 de Dhū l-Hijja de 620 (6 de janeiro de 1224, no nosso calendário).

Já não há forças para resistir. E o sul cede, como se de um dominó se tratasse. O processo é rápido. Em 1217 a conquista de Alcácer do Sal representa a definitiva perda de controlo sobre a península de Setúbal.

A difícil conjuntura vivida a partir de 1217, em especial no plano militar (Fernandes, 2000, p. 167 e quadros anexos), agravar-se-á com o rápido avanço da Reconquista. A partir das primeiras décadas do século XIII, a necessidade de fortalecer a fronteira parece evidente. Havia mesmo quem, como o Šūfī al-Šaqqaq, saísse de Sevilha, confessando a Ibn 'Arabī: «quero ir para a fronteira, para aí combater os inimigos até à minha morte». Dirigiu-se então para a fortaleza de Juromenha, onde se juntou ao exército que aí se encontrava (Ibn 'Arabī, 1979, pp. 140-141).

Apesar da pressão cristã sobre o sul, achados arqueológicos como os do Reguengo Grande (Messejana, Aljustrel) parecem apontar para uma persistente ocupação de espaços rurais entre o final do século XII e o século XIII, quando a Ordem de Santiago começa a deixar claras marcas de apropriação do território (Arnaud, 1992, pp. 49 e 52). Aqui, como noutros locais, parece não ser regra um suposto abandono generalizado de sítios rurais em proveito de um «encastelamento» generalizado e do povoamento exclusivo de locais fortificados. Esse fenómeno, já constatado para os inóspitos sítios da serra algarvia (Catarino, 1997-1998, pp. 852-853), parece agora surgir também, ainda que pontualmente, nos territórios da peneplanície.

A geografia das cidades do poder está nesta altura mais sujeita a oscilações que anteriormente. É disso exemplo o reinado de Ibn Maḥfūz, iniciado em 1234 em Niebla, mas que controlava uma parte substancial do sudoeste peninsular, desde o cabo de São Vicente a ocidente até à foz do Guadalquivir a oriente, limitado a norte pela serra Morena e a sul pelo mar. Compreendia a atual província de Huelva, Moura e Serpa, no Alentejo, estendia-se até Beja e Odemira e incluía todo o Algarve (Roldan Castro, 1993, p. 123). O interesse do rei português pelos territórios do sul era evidente, embora o aspeto urbano fosse menos considerado: «[D. Afonso Henriques] ouve conselho com os seus de fazerem guera em terra da Lusytanja, que he Alentejo, e principalmente nas partes do Campo d' Ourjque. E esto por duas

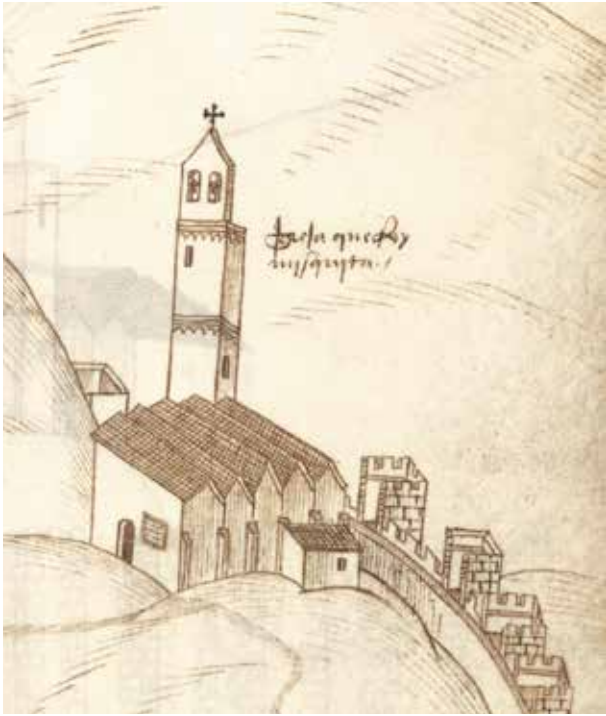


Fig. 2
Representação da mesquita de Mértola
In *Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*
Arquivo Nacional da Torre
do Tombo, PT/TT/CF/159



Fig. 3
Ermida da Senhora da Rocha,
provável localização da igreja
do Corvo das fontes árabes



Fig. 4
Torre Hassan, em Rabat

razões: a primeira, porque *a terra era muy pouorada* [itálico nosso], e de poucas fortalezas e esas que hy avia, nom bem afortezadas, e que emtendia, que os seus aujam asaz de mamtimentos e boas gamças. E a segunda e primçipal, porque el Rey jsomar que regia toda mayor parte da terra dos Mourros, que se quysese pelejar com ele, e lhe Deos dese boa andança, que todalas cousas e terras, que errom onde chamauom Estremadura, que ele regia, sendo el vemçido, nom avia poder de se lhe defender» (Tarouca, 1952, pp. 36-37).

Já tinham caído as praças-fortes de Mérida, de Elvas e de Badajoz. Depois foi a linha do Baixo Guadiana. Em 1249 e 1250, o Algarve passará para as mãos de forças cristãs. O Tratado de Badajoz, em 1267, assinado por Afonso III de Portugal e por Afonso X de Leão e Castela, integrou, de vez, o reino do Algarve em domínios portugueses.

Os anos 30 do século XIII são decisivos para a reconquista final do território de Beja, numa rápida sucessão de datas e de conquistas de sítios: a margem esquerda do Guadiana em 1232, o Alentejo a sul de Beja por volta de 1234, Mértola e a linha do Guadiana um pouco mais tarde, provavelmente em 1238: «E reynando ajnda el-Rey D. Sancho / Capelo / seu jrmão, ante tres anos que fose dado por regedor do Reyno de Portugal, ajuntou o Mestre D. Payo Corea as suas gemtes, e emtrou por aquela tera de Luzitanja, que he da conquista de Portugal, onde auya muytos lugares de Mouros, e ganhadolhes Mertola pela tore que estava da parte de Ueyras. Da qual vila lhe o dicto Rey D. Sancho fez merçe [...]» (Tarouca, 1952, p. 254).

O caminho da conquista para sul feita através da serra só vem reforçar a ideia de uma dualidade entre o caminho militar (Beja-Faro, pela serra) e o caminho comercial (Beja-foz do Guadiana, por Mértola e pelo rio).

Depois da conquista de Aljustrel, no Campo de Ourique, a «grande passagem da serra» foi feita com a ajuda de um mercador, Garcia Rodrigues, que fazia comércio entre mouros e cristãos: «passarão a serra pela torre de Orique e andarão mui mançamente por os mores não haverem sentido delles» (Machado, 1979, pp. 5-6). Noutra das derradeiras campanhas, D. Afonso III dirige-se a Faro por Beja, Almodôvar, passando a serra pelas Cortiçadas¹¹. Dois aspetos assumem aqui particular relevo: por um lado, a existência de comércio entre as zonas cristãs e islâmicas do Gharb, o que deixa antever, pelo menos, algumas garantias de circulação para homens e mercadorias; por outro, o papel importante dos caminhos da serra e o desconhecimento que deles tinham os conquistadores.

Entre 1240 e 1250 são os territórios mais a sul a cair nas mãos dos cristãos. A *Crónica da Conquista do Algarve* dá-nos uma rápida descrição das campanhas que se sucederam: desde a tomada de Tavira até à de Silves, epílogo da islamização no Gharb, vai menos de uma década de lutas, de conquistas e, sobretudo, de soluções negociadas para a rendição das praças-fortes e dos seus ocupantes.

Embora se sublinhe, em estudo recente, que a «consciência regional» e o sentimento de pertença a uma construção nacional representariam uma eventual *continuidade* entre o período islâmico e o mundo pós-reconquista (Fernandes, 2000, pp. 99-100), é importante frisar a diferença entre um e outro. Se num é sobretudo a oligarquia local quem conduz os destinos do território (recorde-se o percurso dos Banū Wazīr), garantindo uma coesão entre as cidades de uma mesma região (coesão essa que não é apenas administrativa), no segundo predominam cavaleiros vindos do norte e ainda mal identificados com o território. Isso justifica, de facto, o carácter normativo da documentação que começa a ser produzida, como os forais

¹¹ Tarouca, 1952, p. 272; Machado, 1979, p. 12. Sobre a localização de Cortiçadas e o traçado da via v. Bernardes e Oliveira, 2002, p. 37 (mapa n.º 1).

a desempenharem papel de destaque nos anos seguintes à conquista dos sítios.

Depois da Reconquista extensas áreas da *kūra* de Beja foram alvo de uma quase completa recomposição e uma nova compartimentação do espaço. Antigos termos como o de Mértola, veem partes do seu território serem alienadas. Se em termos como o de Mértola tal atitude determinou a perda de parcelas do território, noutros casos, como em Marachique, a criação de novos concelhos (Ourique, em 1290) implicou a decadência definitiva da povoação mais antiga (Azevedo, 1937, p. 62).

Os anos seguintes à conquista do Algarve são particularmente férteis, para o Entre Tejo e Odiana, na produção de forais: «no mesmo ano de Beja (1254), fenómeno também muito sugestivo, o mestre de Santiago opta, para um centro urbano que havia sido fulcral no Gharb durante o século anterior, Mértola, por uma solução original: atribuir à vila o foral de Évora por terra e o de Lisboa pelo rio e pelo mar» (Fernandes, 2000, pp. 218-219).

A regra parece ser a de uma atuação em dois momentos: o respeito pelos antigos traçados territoriais logo a seguir à Reconquista e a sua recomposição/ fragmentação algumas décadas mais tarde. A estratégia de povoamento após a Reconquista pode seguir-se através das referências documentais mais antigas citadas por Ruy de Azevedo: o termo de Alcácer — com as localidades de Cabrela (1220), Torrão (1249), Santiago do Cacém (1249), Cercal e Sines, no limite de Cacém (1274), e Alvalade (1252) tem limites mais modestos que anteriormente. O termo de Aljustrel (conquistado em 1234 e doado à Ordem no ano seguinte) — que abrangerá Ferreira (1260), Garvão (1260), Messejana (1242-1275), Castro Verde (1301), Casével (1242-1275), Entradas, com o reguengo de Montel (1269), Panoias (1297), Torredãos (1235)¹² —, ao invés, tomou certamente espaços antes ocupados por Beja e por Marachique. À Ordem do Hospital caberá a margem esquerda do Guadiana (Serpa, Moura, Aracena e Aroche), ao passo que à Ordem de Santiago estariam reservadas Mértola, Alfayate de Peña, Ayamonte e Tavira.

O poder mudara de mãos. Mas a comunidade muçulmana tardará a desaparecer da paisagem do sul. Um dos mais evidentes exemplos dessa permanência é corporizada pela inscrição do Alandroal, de finais do século XIII. É um caso raro de «obra assinada». O alvanel, o mouro Galvo, não só deixou o seu nome gravado na pedra como iniciou o texto da lápide com uma versão em caracteres latinos da fórmula usada pelos reis de Granada, invocando *Allāh*, «wa lā gāliba illā-llāh»:

LEGALI BI IL ILLALLA DEUS /
E E DEUS SERA POR QUEN EL /
FOR ESE VENCERA EU MOURO G
ALVO FO I MAESTRE DE FAZER EST /
E CASTELO DO ALANDROAL¹³

¹² Azevedo, 1937, p. 61. A densidade e a importância do povoamento desta região persistiam ainda no início do século XVI (Galego, 1982, p. 12).

¹³ Barroca, 2000a, vol. I, pp. 114-118, e 2000b, p. 428 (est. CXXIX).

É um dos exemplos derradeiros de afirmação de uma comunidade que, aos poucos, se apaga das paisagens do sul.